

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.499.715 - SP (2019/0125088-4)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : ELIAS DE FARIA**  
**ADVOGADO : OTILIA APARECIDA COLASSO SANTOS - SP181051**  
**AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por ELIAS DE FARIA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas *a* e *c*, da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

ACIDENTÁRIO - AUXÍLIO - ACIDENTE - DESCABIMENTO -  
CONCLUSÃO PERICIAL NÃO PERMITE AFIRMAR EXISTÊNCIA DE  
INCAPACIDADE OU REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORATIVA  
PROCESSUAL CIVIL - PREQUESTIONAMENTO -  
DESNECESSIDADE DE CITAÇÃO NUMÉRICA DOS DISPOSITIVOS  
LEGAIS INVOCADOS CONFORME JURISPRUDÊNCIA DO STJ E  
STF NEGA - SE PROVIMENTO AO RECURSO DO AUTOR (fls. 152).

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea *a* do permissivo constitucional, alega violação dos arts. 86 da Lei n. 8.213/91 e 104 do Decreto Lei n. 3.048/99, no que concerne à concessão de benefício de auxílio-acidente, trazendo, em síntese, os seguintes argumentos:

Em que pese o inegável saber jurídico do ilustre julgador e sim da correta apreciação dos fatos apresentados, de que o recorrente amputou parte do dedo da mão esquerda, ficando com incapacidade reduzida. Portanto o V. acórdão recorrido deixou de analisar os documentos apresentado e a devida valoração jurídica não reformando a sentença "*a quo*" (fls. 165).

Mesmo o Perito tenha atestado que o recorrente é capaz para o exercício de qualquer trabalho ou atividade que lhe garanta a subsistência, resta evidente a incapacidade parcial e permanente para o trabalho, o que autoriza a concessão do benefício de auxílio -acidente, disciplinado pelo artigo 86, da Lei nº. 8.213/91: "Art. 86. O auxílio -acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia (fls. 170).

Quanto à segunda controvérsia, argui malferimento do art. 7º, XXVIII, da CF/88.

Quanto à terceira controvérsia, pela alínea *c* do permissivo constitucional, defende divergência jurisprudencial atinente à incapacidade para desempenho de atividades laborais em virtude de amputação de membro, colacionando arestos paradigmas diversos.

É o relatório. Decido.

No que concerne ao recurso apresentado, quanto à primeira controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita. (Súmula 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luís Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Quanto à segunda controvérsia, é incabível o recurso especial porque visa discutir violação de norma constitucional que, consoante o disposto no art. 102, inciso III, da Constituição Federal, é matéria própria do apelo extraordinário para o Supremo Tribunal Federal.

Destarte: “Não cabe ao Superior Tribunal de Justiça, em recurso especial, o exame de eventual ofensa a dispositivo da Constituição Federal, ainda que para o fim de prequestionamento, sob pena de usurpação da competência reservada ao Supremo Tribunal Federal” (AgInt no EREsp n. 1.082.463/DF, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Segunda Seção, DJe de 1º/2/2019).

A propósito: AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.342.571/RS, relator Ministro

Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 1º/2/2019; e AgInt no AREsp n. 1.287.630/SC, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 25/9/2018.

Por fim, quanto à terceira controvérsia, não foi comprovada a divergência jurisprudencial, porquanto, não cumpridos os requisitos legais dos arts. 1.029, § 1º, do CPC/2015 e 255, § 1º, do RISTJ.

Em consonância: AgInt no AREsp 1.339.575/DF, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 2/4/2019; AgInt no REsp 1.763.014/RJ, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 19/12/2018; AgInt no REsp 1.696.707/MG, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 12/3/2018; e AgRg no REsp 1.683.470/AP, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe de 31/10/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente